

SOCIEDADE & NATUREZA

REVISTA DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Sociedade & Natureza

ISSN: 0103-1570

sociedadenatureza@ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia

Brasil

Nogueira, Marly

A CONSTRUÇÃO DE UMA CENTRALIDADE URBANA SETE LAGOAS (MG)

Sociedade & Natureza, vol. 18, núm. 35, diciembre, 2006, pp. 109-121

Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321327189008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A CONSTRUÇÃO DE UMA CENTRALIDADE URBANA SETE LAGOAS (MG)¹

The construction of one urban centrality: Sete Lagoas (MG)

Marly Nogueira
Professora Adjunta

Departamento de Geografia – Universidade Federal de Minas Gerais
marlyn@click21.com.br

Artigo recebido em 14/07/2006 e aceito para publicação em 03/10/2006

RESUMO:

A cidade de Sete Lagoas é uma típica cidade média de Minas Gerais e apesar de estar tão próxima da terceira maior região metropolitana do Brasil, desenvolveu uma respeitável autonomia em relação à metrópole belo-horizontina. Partindo de indagações tais como àquelas que se referem aos objetivos, à gênese e à dinâmica dos processos socioespaciais que explicam a atual inserção de Sete Lagoas na rede urbana mineira, é que se desenvolveu esse trabalho. A posição geográfica de contato de duas grandes regiões fisionômicas e socioespaciais mineiras – as Gerais (o Sertão) e as Minas pode, certamente, constituir e explicar, numa primeira aproximação, a posição de relativa centralidade urbana conquistada por Sete Lagoas em sua região. Entretanto, outros fatores tais como os agentes sociais e suas estratégias e o modo como tais agentes se aproveitaram dessa posição geográfica para forjar aquela autonomia, são cruciais para tornar inteligível a socioespacialidade e a inserção de Sete Lagoas na rede urbana mineira, na atualidade. O estudo desses processos constitui o escopo desse trabalho. Trata-se de uma tentativa de continuar trilhando uma tradição da Geografia Urbana brasileira – o estudo da cidade e sua hinterlândia, tendo em vista o relativo abandono que tal temática sofreu nos estudos urbanos brasileiros.

Unitermos: Sete Lagoas; Rede Urbana; Minas Gerais; Socioespacialidade; Centralidade Urbana.

ABSTRACT:

Sete Lagoas is a typical Minas Gerais middle city, located near Belo Horizonte, one of the largest Brazilian's metropolises. Despite the proximity to the metropolis, Sete Lagoas developed a respectable autonomy. The development of this paper is based on questions related to the socio spatial objectives, genesis and dynamics, which explain Sete Lagoas' insertion in the Minas Gerais' urban network. The urban centrality position conquered by Sete Lagoas may be explained by its geographical position, characterized by the contact between two physiognomic and socio spatial regions: the Gerais (the hinterlands) and the Minas (the poles). However, other factors, as the strategies adopted by the social agents and the way that the agents took advantage to forge that autonomy, may also explain this urban centrality position. The study of those processes, which constitutes an attempt to continuing the study of the city and its hinterland – a tradition of the Brazilian Urban Geography –, is the goal of this paper.

¹ Constitui uma organização a partir da tese de doutorado da autora intitulada “Sete Lagoas: a dinâmica funcional de um lugar na rede urbana de Minas Gerais”, defendida junto ao PPGG da UFRJ em 2003.

Keywords: Sete Lagoas; Urban Network; Minas Gerais; Socio-spatiality; Urban Centrality

INTRODUÇÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TEMA DA CENTRALIDADE URBANA

O estudo das cidades como formas de atividades econômicas e como fatores da organização das regiões, nas quais exercem sua influência, por meio dessas atividades, é uma tradição na Geografia Urbana. P. George, M. Rochefort, G. Chabot, W Christaller, J. Tricart, R. E. Dickinson, F. H. W. na França, sobretudo, além da América do Norte, e, R. L. Corrêa, M. Santos, L. Bernardes, N. L. Muller, E. C. S. Keller e Y. Leloup, no Brasil são geógrafos que se debruçaram sobre a temática da rede urbana e os estudos da cidade e sua hinterlândia (CORRÊA, 1994, NOGUEIRA, 2003).

A influência do centro urbano, colocando seus serviços e comércio à disposição de cidades de sua vizinhança, faz parte de uma rede que denuncia as diversas relações de interdependência estabelecidas entre os centros urbanos, por meio de toda uma hierarquia desses centros.

Em meados do século passado, sobretudo na Europa, e, secundariamente na América do Norte, o estudo de redes urbanas se dava ora pela análise da organização dos transportes - condicionante da hierarquização na rede -, ora pela rede de telefonia – consequência da centralidade das cidades. Esses estudos foram considerados por Rochefort (1961), métodos indiretos de investigação e análise dos tipos de centros de uma rede urbana, os quais, para o autor citado, em virtude de algumas lacunas metodológicas e operacionais não deram conta da enorme complexidade da problemática, sendo pois insuficientes na explicação da realidade.

Ao considerar as “falhas” acima referidas, Rochefort (1961) propõe um novo método, o qual vai ter enorme influência sobre os estudos de rede urbana no Brasil. Esse método, de investigação direta

e eficiente na determinação da hierarquia e dos tipos de centros de uma rede urbana, parte da elaboração de um gráfico, no qual, as duas variáveis – PEA do setor terciário e participação desta na PEA total são relacionadas e na sua visualização é possível estabelecer uma graduação de importância, definindo-se, assim, a hierarquia urbana da região em estudo.

Independente da inquestionável importância dos métodos acima referidos, na atualidade tornou-se, também, muito importante a consideração de outras “variáveis” na determinação da centralidade dos centros urbanos. O aumento da complexidade da organização socioespacial, por meio do advento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2001), requer novas formas de leitura e análise dessa realidade. Assim é que nesse artigo pretende-se apresentar o processo de construção da centralidade urbana de típica cidade média de Minas Gerais. Sete Lagoas, “desconsidera” a grande proximidade da terceira metrópole do país – Belo Horizonte -, ao desenvolver uma autonomia respeitável diante da metrópole. Essa construção, um processo socioespacial de desenvolvimento, de construção de sua própria singularidade geográfica (NOGUEIRA, 2003), caracteriza-se, sobretudo pela atuação de suas elites, agentes sociais de variados grupos ocupacionais, as quais, por meio de suas estratégias, promovem o que, vulgarmente, pode-se denominar de desenvolvimento econômico da cidade. De fato, a centralidade urbana de Sete Lagoas em Minas Gerais, mas sobretudo em sua hinterlândia, caracteriza-se pela ascendência que a cidade possui ao oferecer seus serviços a toda uma rede de centros urbanos que não ultrapassam o nível de centros locais na hierarquia urbana. Trata-se de um centro urbano que, embora esteja na área de influência direta de Belo Horizonte, consegue manter sua autonomia diante de sua própria área de influência, sobretudo, porque é lugar da técnica e do trabalho, tal qual vêm se caracterizando as cidades médias no atual meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2001, NOGUEIRA, 2003).

1. A Posição Central de Sete Lagoas em Minas Gerais

A cidade de Sete Lagoas quase sempre ocupou uma posição de expressiva centralidade na região na qual se localiza. Azevedo (1963) já havia salientado esse fato, quando descreve a região na qual surgiu Sete Lagoas, destacando que tal cidade, desde há muito tempo, é o centro de uma região cuja paisagem é bastante peculiar. A característica fisionômica regional, dada pela predominância dos calcários, influenciou de maneira definitiva o povoamento e a organização do habitat regional, destacou a referida autora.

Atualmente, permanece a cidade possuindo uma posição de destaque em Minas Gerais. No que diz respeito à população, seu crescimento na última década demonstra tal assertiva. De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000), sua população total alcançou os 184.692 habitantes, suplantando outras cidades médias mineiras não metropolitanas, tais como, Divinópolis, Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete, localizadas nessa mesma região central. Adicione-se a taxa de crescimento geométrico médio, cujo destaque é expressivo. (Tabela 1)

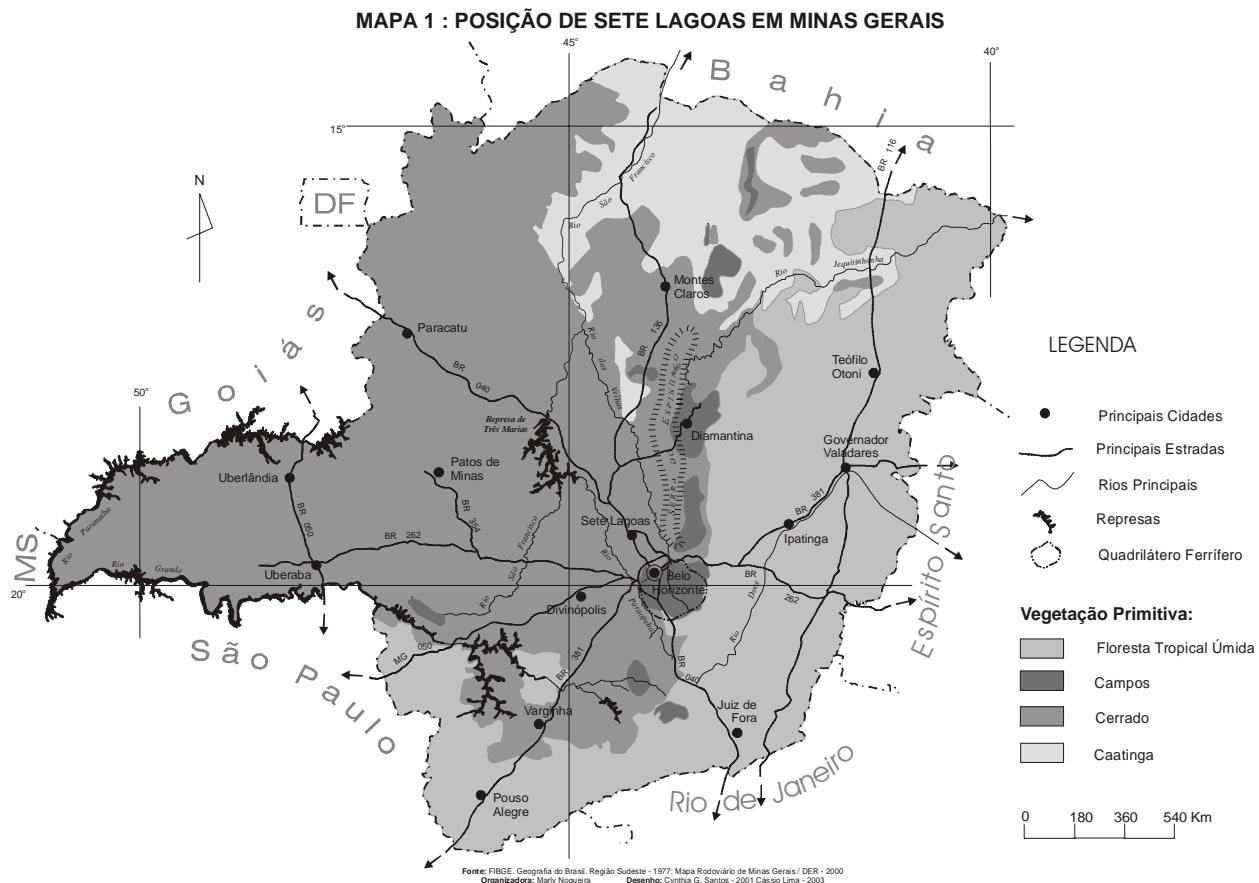
TABELA 1 - REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS - MUNICÍPIOS SELECIONADOS POPULAÇÃO TOTAL (1991 E 2000) E URBANA (2000) (NÚMEROS ABSOLUTOS E VALORES RELATIVOS -%)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL 1991	POPULAÇÃO TOTAL 2000	TAX. DE CR. GEOM. MÉDIO 1991/2000 (% a.a.)	POPULAÇÃO URBANA TOTAL	PART. NA POPULAÇÃO TOTAL (%)
ABAETÉ	20687	22330	0.85	18995	85.06
BALDIM	8452	8135	-0.42	4810	59.13
BELO HORIZONTE	2017127	2232747	1.13	2232747	100.00
BETIM	171237	306538	6.68	298116	97.25
BOM DESPACHO	35288	39926	1.38	37205	93.18
CACHOEIRA DA PRATA	3669	3778	0.33	3547	93.89
CAETANÓPOLIS	7402	8571	1.64	7400	86.34
CONSELHEIRO LAFAIETE	88843	102667	1.62	99345	96.76
CONTAGEM	448991	537806	2.03	533119	99.13
CORDISBURGO	8449	8520	0.09	5687	66.75
CORINTO	25144	24506	-0.29	21414	87.38
CURVELO	58992	67141	1.45	58829	87.62
DIAMANTINA	44308	44260	-0.01	37784	85.37
DIVINÓPOLIS	151382	183764	2.18	177785	96.75
FELIXLÂNDIA	11934	12780	0.76	9445	73.90
FORMIGA	61777	62837	0.19	55537	88.38
INHAÚMA	4767	5193	0.96	3464	66.71
ITABIRA	85284	98221	1.58	89615	91.24
ITAÚNA	66333	76783	1.64	71695	93.37
JEQUITIBÁ	5047	5166	0.26	1634	31.63
JOÃO MONLEVADE	59346	66592	1.29	66274	99.52
MARAVILHAS	5534	6223	1.31	4102	65.92
MARIANA	38115	46719	2.29	38689	82.81
MATOZINHOS	23636	30154	2.74	27657	91.72
OURO PRETO	62495	66256	0.65	56284	84.95
PARÁ DE MINAS	61066	72937	1.99	67924	93.13
PARAOPÉBA	16995	20378	2.04	17278	84.75
PITANGUI	20173	22203	1.07	18566	83.62
POMPÉU	20537	26026	2.67	22232	85.42
PRUDENTE DE MORAIS	6769	8126	2.05	7819	95.52
RIBEIRÃO DAS NEVES	143696	246589	6.18	245143	99.41
SABARÁ	89736	115292	2.82	112630	97.69
SANTA LUZIA	137686	184721	3.32	184026	99.62
SETE LAGOAS	143950	184692	2.81	180613	97.79
TRÊS MARIAS	21411	23539	1.06	22486	95.30

FONTE: IBGE: Censos Demográficos 1991 e 2000 – disponíveis em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Essa centralidade sete-lagoana, tornada visível ao longo da segunda metade do século XX, já havia sido observada por outros estudos (BERNARDES, 1964; IBGE, 1972, IBGE, 1987), nos quais a cidade figura com relativo destaque na hierarquia urbana nos sistemas estabelecidos. É confirmada posteriormente (IBGE, 1992; Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC; Instituto de Geociências Aplicadas - IGA, 1997), quando novamente a cidade aparece com destaque nas regionalizações elaboradas, ou seja, ela é o centro de uma das mais de trezentas microrregiões geográficas identificadas em todo o país e, também, o centro de uma das vinte e cinco regiões administrativas nas quais, fora dividido, o Estado de Minas Gerais.

A localização de Sete Lagoas, nas proximidades de Belo Horizonte, distando cerca de 70 Km em direção noroeste, com efeito, lhe confere uma posição privilegiada, pois está no contato de duas grandes regiões fisionômicas e socioespaciais no conjunto do Estado de Minas Gerais. Está-se falando do contato entre o Quadrilátero Ferífero, zona de ocorrência predominante de minerais ferrosos e da floresta tropical úmida, como vegetação primitiva do centro-sul e leste (as *Minas*) e a região dos calcários do Bambuí, com uma típica vegetação de cerrado na qual sobressaem os campos limpos e os cocais, os quais, por sua vez, encontram-se conjugados a uma presença marcante das pastagens (as *Gerais*). (Mapa 1)



Fonte: IBGE: Geografia do Brasil – Região Sudeste, 1977. Mapa Rodoviário de Minas Gerais / DER, 2000. Org. Marly Nogueira

No que tange às características fisionômicas dessas duas regiões é preciso ressaltar a compartimentação tal qual ela se apresenta. Assim,

tem-se em primeiro lugar o Espinhaço, espécie de espinha dorsal do relevo que se estende de sul a norte, partindo de Ouro Preto. Palco das primeiras

atividades ligadas à fundição do minério de ferro em Minas Gerais, o relevo vigoroso representado pela Serra do Espinhaço, constitui o grande divisor de águas das bacias dos rios Doce e São Francisco. Em segundo lugar, revelando-se como uma singularidade em virtude de suas extensas e contínuas formações ferríferas, o Quadrilátero Ferrífero, uma das maiores concentrações de minério de ferro de alto teor do mundo, está localizado na porção meridional da Serra do Espinhaço e tem sua área dividida entre as bacias dos rios Doce e São Francisco mas, cabe a esta a prevalência, na medida em que concentra boa parte das nascentes e trechos importantes de seus afluentes (sub-bacia do rio das Velhas). Finalmente, tem-se o vale do rio São Francisco, com direção oeste-norte e que se caracteriza por seus extensos afloramentos de calcários e pela presença de uma vegetação de campos e cerrados.

Enquanto as regiões do Espinhaço e do Quadrilátero Ferrífero iriam assistir ao florescimento das atividades mineradoras do ouro, especialmente, mas também, do diamante e de muitas pedras preciosas e semipreciosas, aliadas ao início da industrialização do ferro, com a instalação das primeiras forjas, ainda nos séculos XVII e XVIII, a região do São Francisco foi palco do florescimento das atividades pecuaristas. Tem-se portanto, muito em função daquela compartimentação, a construção de duas grandes regiões muito diferentes entre si e que guardam as suas respectivas particularidades não só do ponto de vista da fisionomia mas, fundamentalmente, da economia, da sociedade, da socioespacialidade, enfim, da própria civilização que nelas floresceu. E foi no contato dessas duas regiões que Sete Lagoas surgiu (ANASTÁSIA, 1983; AZEVEDO, 1963; CRUZ, 1984, LIMA JÚNIOR, 1965; MATA-MACHADO, 1986; PAULA, 1999). Essa posição geográfica da cidade influenciou profundamente não só seu destino, como também a organização espacial de sua região. De fato, em seus primórdios essa posição de contato foi a responsável pela sua função de boca-de-sertão, responsável em grande medida pelo destaque que Sete Lagoas adquiriu ao longo de sua história.

Embora já não seja mais possível debitar somente ou exclusivamente a essa posição geográfica a centralidade que Sete Lagoas permanece mantendo na atualidade, é importante destacá-la, pois foi a partir da conjugação de fatores naturais e fatores socioespaciais que a cidade foi sendo forjada, construindo a sua própria singularidade, influenciando a organização espacial regional mais imediata para, finalmente, alcançar a atual inserção na rede urbana mineira.

Assim sendo, a região de influência direta de Sete Lagoas teve uma tendência de diminuir em direção sul, como decorrência do recrudescimento do processo de metropolização de Belo Horizonte. Entretanto, em direção noroeste, essa mesma região tem-se mantido estável durante um longo período e, embora possa ter perdido, em termos relativos, em atuação direta, não se pode afirmar que a influência sete-lagoana deixou de ser presente nessas direções. Ela ainda é significativa, porém de uma forma mais difusa e, dependendo da direção, possui diferentes graus de intensidade e de freqüência de relacionamentos, fato que faz de Sete Lagoas a principal cidade, a mais bem equipada de toda a região que fica entre os vales dos rios das Velhas e Paraopeba, desde os limites setentrionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte até a represa de Três Marias. Na verdade, em direção oeste o confronto de atuação regional sete-lagoana se dá com a área de atuação de Divinópolis que, assim como Sete Lagoas, parece ter mantido o respectivo comando de sua hinterlândia ao longo das últimas décadas.

A posição geográfica de Sete Lagoas, de contato entre duas grandes regiões fisionômicas e socioespaciais, a região das *MINAS* e a região das *GERAIS*, influenciou profundamente seu destino, assim como a organização espacial de sua hinterlândia. Essa posição de contato constitui, ou pelo menos foi, durante muito tempo, o maior dos vários fatores que beneficiaram a cidade. Daí a consideração de sua primeira função na rede urbana mineira, que foi a de boca-de-sertão.

2. De Boca-de-Sertão à Cidade Média: construindo uma centralidade urbana

2.1 A função de boca-de-sertão

Em seus primórdios, a função de boca-de-sertão foi a responsável pela centralidade adquirida por Sete Lagoas, principalmente, porque permitiu ou favoreceu o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Afinal, numa zona de contato geográfico entre duas regiões tão díspares e fora do centro nevrálgico da economia mineira colonial do ouro e da mineração, Sete Lagoas e região passam a dedicar-se às atividades agropecuárias. Mesmo porque, na região das Gerais a pecuária, em primeiro lugar e a agricultura, secundariamente, já eram as atividades econômicas características. Cumprindo a função de boca-de-sertão, Sete Lagoas passa a comandar uma região, situada ao norte e noroeste, cuja economia baseava-se numa pecuária extensiva muito característica de campos cerrados mais pobres e cujo traço industrial era dado unicamente por três unidades industriais da Companhia de Fiação e Tecelagem Cedro e Cachoeira, pertencente à família Mascarenhas: Cedro, na freguesia do Tabuleiro Grande (município de Paraopeba, que mais tarde, em 1953, emancipou-se deste, criando-se o município de Caetanópolis), Cachoeira, no distrito de Inimutaba (pertencente a Curvelo e atual município de mesmo nome) e no distrito de São Vicente, no município de Baldim. Mas, o que importa reter, é como esse fato foi sendo percebido pelas elites locais e regionais em benefício próprio, embora sempre impactando fortemente a cidade. Assim, a função de boca-de-sertão se sustenta até o advento da ferrovia, fato notável em relação aos impactos relacionados ao início da afirmação regional sete-lagoana.

2.2 O advento da ferrovia: transformações nas atividades econômicas

Os trilhos da EFCB atingem Sete Lagoas no ano de 1896. Com a chegada da ferrovia – Estrada de Ferro Central do Brasil, o relativo isolamento da cidade começa a abrandar-se e de forma cada vez mais intensa. A cidade vê-se livre

de um grande isolamento, o qual impedia, em grande medida, a sua integração em todas as escalas territoriais. Sete Lagoas transforma-se num importante centro distribuidor de bens e serviços não somente para sua região como também para outras regiões mineiras, notadamente para o Vale do Jequitinhonha.

A cidade se transforma e, a reboque, sua hinterlândia. Exemplifica-se com Jequitibá, antigo porto fluvial no rio das Velhas, que acabou por perder sua função frente a Sete Lagoas, tendo em vista a adoção do transporte ferroviário em detrimento da navegação, na circulação, tanto de passageiros como de cargas, tais como a exportação de grãos e tecidos e a importação do algodão de origem da região Nordeste e do norte de Minas Gerais. Sete Lagoas, portanto, antes em nada expressiva, passa a comandar a região, suplantando outros centros urbanos, até então mais expressivos na rede urbana regional. Todos os setores socioeconômicos da cidade sofrem os impactos positivos em decorrência do advento da ferrovia. Expressivo aumento populacional, expansão do tecido urbano, notadamente, no sentido da parte leste de seu espaço urbano, por meio do desenvolvimento de um de seus bairros, hoje, mais tradicionais (Boa Vista), avanços na agropecuária e na indústria e fomento importante nas atividades comerciais. Nas palavras de Lanza (1967, p.135):

Com êstes empreendimentos Sete Lagoas progrediu assustadoramente, pois que vieram para aqui, mais de trezentas famílias e, então passamos a ter Comércio e Indústrias. [...] sendo certo que com um pouco de força de expressão, poderemos dizer que Sete Lagoas é a Central do Brasil e a Central do Brasil é o Doutor João Antônio de Avelar.

Segundo Azevedo (1963) Sete Lagoas acusou um crescimento populacional expressivo, durante o período em tela, pois se em 1920 registraram-se apenas 3980 habitantes, em 1960, o total da população já havia alcançado os 36482 habitantes. Essa cifras testemunham o fenômeno do crescimento populacional do município e, como

tal evolução não constitui fato isolado do crescimento econômico local, Sete Lagoas tornou-se importante foco de atração socioeconômica, apresentado, já nos de 1960, uma centralidade regional expressiva, tanto que Leloup (1962), classificou-a como centro regional intermediário.

A presença da ferrovia em Sete Lagoas, representou mais do que a simples e natural expansão dos trilhos demandando o interior de Minas Gerais. Sabe-se que um dos mais antigos anseios do governo monárquico era a integração nacional, via interligação dos dois modais de transporte - ferrovia e navegação do São Francisco -, visando a incorporação do Sertão mineiro e nordestino à região mais rica e desenvolvida do país. Assim, o projeto de expansão dos trilhos da estrada de ferro, obrigatoriamente passaria pelo território mineiro, sendo o trajeto escolhido - a planície do rio das Velhas -, muito distante do sítio urbano de Sete Lagoas. É justamente nesse momento que se pode, pela primeira vez, identificar-se a manifestação da atuação da elite política sete-lagoana, a qual estrategicamente conseguiu mudar os planos do traçado da ferrovia, de tal modo que ela passasse pelo território sete-lagoano. Ora, ferrovia, no século XIX, significou progresso e desenvolvimento, enfim, integração econômica, e a elite local não poderia perder tal oportunidade de cessar de vez com o relativo isolamento no qual estava mergulhada a cidade. Assim é que se pode compreender a primeira intervenção de um membro da elite local no sentido de levar até a localidade a ferrovia em expansão.

Munido de um arrojado projeto, mas baseado em argumentos, geográficos e econômicos essencialmente, bastante lógicos, o doutor João Antônio de Avelar, patrono de uma das mais influentes famílias locais, parte para o Rio de Janeiro em busca do atendimento de seus interesses, os quais afinal, beneficiariam grandemente a cidade. Esse importante membro da elite local, que foi várias vezes vereador, prefeito, deputado estadual e o primeiro médico que a cidade conheceu, era um político muito inteligente e perspicaz que, utilizando-se de três argumentos, conseguiu que eles fossem

considerados pela comissão responsável pela expansão da Estrada de Ferro Central do Brasil. Sua argumentação baseou-se na necessidade de realização de várias obras de arte para evitar as enchentes periódicas do rio, fato que encareceria a empreitada, mas, e principalmente, o doutor Avelar sustentou-se em dois fatos econômicos irrefutáveis. Como a região de Sete Lagoas já continha uma importante e promissora indústria têxtil e já se projetava extra-regionalmente em decorrência de sua produção agropecuária, a manutenção de uma grande quantidade de carga que justificasse a circulação das mercadorias, compondo os trens, já estaria garantida. Adicione-se o fato de que a argumentação se baseava na permanência da navegação pelo rio das Velhas, previsão esta que, afinal não se concretizou, tendo em vista seu abandono total tanto para o transporte de passageiros, como para o de cargas. A região, notadamente, a cidade de Sete Lagoas, por isso viu-se muito beneficiada pois, finalmente, a mudança do traçado vingou e passou do vale para o espigão no qual se localiza o município. Essa articulação das funções políticas e econômicas representadas na figura do doutor João Avelar foi crucial no sentido de expressar a primeira movimentação em direção à construção da centralidade de Sete Lagoas na rede urbana mineira (BOTMORE, 1974; NOGUEIRA, 2003).

2.3 O setor agropecuário: fator de centralização econômica e política

Em meados da década de 1930, a cidade já se configurava como importante centro comercial atacadista, abastecendo boa parte do norte do estado de Minas Gerais, como já salientado. O cenário era de intensa expansão econômica local e uma poderosa classe ruralista, a qual vai definir, quase durante todo o século XX, os destinos da cidade, já havia se formado, adicionada de uma importante classe de comerciantes que já começava a se destacar. Em 1936, é criada a Associação Comercial da cidade (hoje, Associação Comercial e Industrial – ACI), a qual representou tanto a causa como o efeito do expressivo crescimento econômico local.

Evidentemente, importa destacar, que a criação de uma associação dessa natureza significou uma das estratégias mais eficazes em direção ao reforço da centralidade sete-lagoana, uma vez que uma expressiva parte de seus membros fundadores pertenciam (como pertencem até a atualidade) tanto à classe econômica como à política. Na verdade, essas duas classes se confundem na história da construção da centralidade sete-lagoana e esse é um dos mais importantes atributos da elite, isto é, seus membros constituintes podem possuir mais de um tipo de poder, o econômico e um político, como por exemplo, um cargo eletivo qualquer (vereador, prefeito, deputado, governador, etc).

Cabe ressaltar, porém, que o enorme desenvolvimento da pecuária leiteira e a escolha da cidade como local de instalação da primeira fábrica de leite em pó da Itambé (e também a primeira fábrica da empresa fora de sua sede – Belo Horizonte), ainda em fins dos anos de 1940, reforçam o fato de que, não obstante o enriquecimento e aumento de poder da classe dos comerciantes, será a classe dos ruralistas que mais vai se destacar mais em todo o cenário histórico-geográfico do lugar. Exemplificando, basta mencionar o fato de que, durante pelo menos até os meados da década de 1950, entre os principais diretores e também os presidentes da associação, os ruralistas foram os predominantes (Associação Comercial e Industrial – ACI, 1996; NOGUEIRA, 2003).

Como já mencionado, a posição geográfica de Sete Lagoas sempre foi um fato perceptível para as elites locais, no sentido de como elas se aproveitaram desse fato em prol de si mesmas e, assim beneficiarem a cidade, reforçando gradativamente o comando da vida de relações da região sete-lagoana e, porque não dizer, a centralidade local na rede urbana mineira.

A afirmação da agropecuária, por meio da transformação da cidade em centro de pesquisa nesse setor e em líder da maior bacia leiteira do estado de Minas Gerais, durante boa parte da segunda metade do século XX, são fatos exemplares

de tal assertiva. A pesquisa agropecuária já está em Sete Lagoas desde o princípio do século XX, época na qual foi criado um pequeno centro de experiência, em terras de cerrado, onde se poderia verificar a utilização e o comportamento de determinadas culturas (AVELLAR; SILVA, 2000). Em 1956, o Campo de Cereais e Leguminosas, um órgão estadual, transformou-se em um instituto de pesquisa federal, o afamado Instituto Agronômico do Oeste (IAO) e para que sua localização recaísse em Sete Lagoas, concorreu a atividade do então deputado estadual Dr. Márcio Paulino, também, um dos mais ilustres representantes da elite local, além de ser patrono de uma das famílias que ainda, na atualidade, continuam no comando de alguns setores da política e da economia da cidade. As ingerências promovidas pelo deputado foram cruciais para que Sete Lagoas recebesse a sede de tão importante instituto de pesquisa agropecuária. Para o deputado, porque localizar o centro em Alfenas (tal qual parecer do relator do processo apontava, na época, na Assembléia Legislativa), se os custos seriam em muito minimizados, na medida em que em Sete Lagoas já existia uma infra-estrutura implantada? (Nogueira, 2003).

Em 1962 o IAO foi transformado em Instituto de Pesquisa e Experimentação do Centro-Oeste (IPEACO), semente já bastante desenvolvida da qual foi criado o atual Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo (CNPMS), pertencente à Embrapa. Sete Lagoas, definitivamente, torna-se uma referência nacional (e internacional) no que diz respeito à pesquisa agropecuária para o Cerrado.

A trajetória da criação ou da “permanência” de um centro de pesquisa dessa natureza na cidade seguiu caminhos bastante semelhantes aos acima descritos, ou seja, novamente, concorreram para tal concretização as intervenções do então deputado federal Renato Azeredo, neto pelo lado materno, do Doutor João Avelar. Realmente, trata-se de uma estirpe de homens que, forjada na política local, alcançou os mais altos cargos na política nacional, fato crucial no sentido de beneficiar a cidade de Sete Lagoas.

O fato é que a cidade, antes foco central de pesquisas relativas aos cultivos de leguminosas, cereais e algodão, tornou-se um lugar estratégico para a continuidade da pesquisa agropecuária no país, justamente por se localizar na entrada do Sertão, ou seja, por ser a porta de entrada do cerrado brasileiro. Essa centralidade foi reconfirmada quando da criação da Embrapa em 1973, ou seja, mais uma vez concorreram para levar para Sete Lagoas um centro nacional de pesquisa, os fatores conjugados de sua posição estratégica e sua longa tradição na área da pesquisa agropecuária. Fato curioso, mas por isso mesmo indicativo da centralidade sete-lagoana, é que, embora esteja localizado no município de Prudente Moraes, o Centro Tecnológico do Centro-Oeste (CTCO), um dos sete centros de pesquisa componentes da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), é mais conhecido pela alcunha de “Epamig de Sete Lagoas”, mesmo porque com objetivos e estrutura muito semelhantes aos da Embrapa, tal centro mantém íntimas articulações e sinergias com o órgão federal, os quais, aliás, são vizinhos em terras limítrofes de Sete Lagoas e Prudente de Moraes.

A pecuária leiteira constituiu um verdadeiro fator de centralização política e econômica para Sete Lagoas. A classe ocupacional dos ruralistas sempre dominou os diversos setores sociopolíticos e econômicos da cidade. Grandes pecuaristas foram também médicos, vereadores, presidentes da Associação Comercial e Industrial (ACI), prefeitos, além de deputados nas duas casas legislativas, a federal e a estadual, ao longo de praticamente todo o século XX. A conjunção do poder econômico com o poder político fez desses homens, agentes sociais dos mais importantes para a construção e o constante reforço da centralidade sete-lagoana. Desse modo as estratégias por eles envidadas tiveram um enorme sucesso, tanto para o reforço e a manutenção de seu *status quo*, como também beneficiando a cidade.

A criação de um banco agrícola, de uma associação rural e de uma cooperativa rural, são exemplares do poder alcançado pela classe ruralista

em Sete Lagoas. Embora, hoje, em fase de liquidação extrajudicial, o Banco Agrícola de Sete Lagoas, mais tarde tornado AGRIMISA, foi fundado em 1925, época na qual, casas bancárias e bancos propriamente ditos eram uma quase uma exclusividade da região sul de Minas Gerais, como decorrência do poderio da economia cafeeira (COSTA, 1978). Realmente, a localização em Sete Lagoas foi muito excêntrica. De um pequeno banco nascido no Sertão, o Agrimisa, em meados da década de 1980, já tinha alcançado uma dimensão de banco nacional, na medida em que sua rede de agências atingiu as principais capitais brasileiras, além de importantes cidades médias do interior do estado e do país (NOGUEIRA, 2003).

A Associação Rural Centro de Minas e a Cooperativa Regional dos Produtores Rurais de Sete Lagoas (Coopersete), ambas criadas ainda durante os anos de 1930 e 1940, respectivamente, representam expressões contundentes do grande peso econômico da atividade pecuarista e do poder alcançado por seus representantes, os proprietários fundiários, uma classe muito importante da elite local. No caso da primeira, concorreu para sua criação a conjuntura altamente favorável em nível nacional da época. Trata-se da fase da “febre do zebu”, quando os incentivos e os créditos destinados à introdução dessa raça no Brasil e a especulação financeira daí advinda enriqueceu muita gente, entre os quais, boa parte dos pecuaristas sete-lagoanos. Na atualidade, o Sindicato Rural de Sete Lagoas permanece tão forte quanto foi criado e ao longo de sua história. No que tange à Coopersete, sua força também é muito grande, uma vez que reúne grandes pecuaristas não somente sete-lagoanos, como também de outros municípios da hinterlândia e até mesmo de outros municípios fora dela (municípios metropolitanos tais como Ribeirão das Neves e Esmeraldas) (NOGUEIRA, 2003). Para a Itambé (Cooperativa Central dos Produtores Rurais - CCPR) a bacia leiteira comandada por Sete Lagoas sempre foi das mais produtivas e importantes de sua rede e sua associada – a Coopersete –, se encontra no mesmo nível de importância.

2.4 A indústria guseira

Todos os processos descritos até agora dizem respeito à construção da centralidade urbana de Sete Lagoas e consequentemente à sua inserção na economia de Minas Gerais. Esse processo inicial deu-se ao longo de toda a primeira metade do século XX e, pode-se afirmar, que termina com a instalação das primeiras siderúrgicas não-integradas de ferro gusa na cidade no ano 1959. Novamente a posição geográfica privilegiada de Sete Lagoas vai ser um fator definitivo para que o centro guseiro estadual se transferisse das cidades de Divinópolis e Itaúna para a cidade. Localizada às margens da antiga MG-1 (atual MG 424), mais tarde aproveitada para a implantação da rodovia BR 040 (Rio de Janeiro – Brasília) e possuindo grandes jazimentos de calcário, Sete Lagoas mostrou-se muito mais atrativa para a nascente indústria do gusa num país que se modernizava. Malha viária, matéria-prima abundante e porta de entrada do Sertão, fornecedor do carvão vegetal, combinaram-se com perfeição para que hoje, Sete Lagoas, seja considerada o maior pólo guseiro não-integrado do país (NOGUEIRA, 2003).

Os impactos resultantes do desenvolvimento da indústria siderúrgica em Sete Lagoas foram muito intensos, tais quais foram, guardadas as devidas proporções, quando a ferrovia chegou à cidade. A cidade, verdadeiramente, se transforma, expandindo-se social e economicamente, num processo de contínua (re)afirmação de sua centralidade.

A expansão demográfica traduz-se no êxodo rural e no expressivo crescimento urbano do município. Levas de imigrantes oriundos dos municípios da empobrecida hinterlândia de Sete Lagoas, aportam na cidade em busca de melhores condições salariais, uma vez que a atividade siderúrgica oferecia salários mais elevados e tinha uma estabilidade que garantia a manutenção desses salários no final de cada mês. Forma-se uma classe operária na cidade, fenômeno social nunca antes observado, a não ser quando o Depósito da Estrada de Ferro Central do Brasil estava no auge de suas atividades.

Complementando tais fenômenos, a expansão da população urbana inaugura um outro processo, o qual permanece em andamento até hoje. De fato, nos últimos 40 anos a evolução do crescimento da população sete-lagoana evidencia um aumento constante da participação da população urbana em detrimento de uma sempre descendente participação da população rural. Além do mais, o crescimento urbano sempre apresentou taxas mais elevadas que o próprio crescimento da população como um todo.

Na verdade, foi a partir dos anos de 1950 que Sete Lagoas passa a experimentar um crescimento econômico expressivo, refletindo diretamente na expansão populacional. Pode-se aventar que até essa época, embora Sete Lagoas já detivesse uma posição de destaque em sua hinterlândia, a cidade não conheceu uma significativa expansão econômica que justificasse um crescimento populacional mais duradouro e forte, tal qual vem ocorrendo nas últimas décadas. Daí a importância da chegada da indústria do ferro-gusa e de seus impactos no lugar.

O apogeu dessa indústria deu-se nos de 1970 e 1980 e, malgrado o declínio da economia guseira na década seguinte, importa frisar que é durante esse período que a cidade começa a se transformar, firmando-se como um pólo microrregional, cuja importância lhe concede o status de cidade média, fato este que a coloca no comando de uma vasta área na Região Central de Minas Gerais.

Setores econômicos tradicionais de Sete Lagoas, tais como os de fiação e tecelagem e o de laticínios e de preparação do leite, embora sejam os responsáveis em boa medida por sua inserção na economia estadual, ao longo de sua história, não foram tão impactantes como a indústria guseira, no sentido de promover uma expansão demográfica muito rápida.

O crescimento da cidade torna-se quase explosivo. Visando o atendimento das necessidades criadas pela nova indústria, a cidade se “moderniza”,

o setor terciário se expande com a abertura de novas atividades comerciais e de serviços, comércio especializado e de luxo, restaurantes e bares, cinemas e casas de diversão, agências bancárias; a rede viária intra-urbana expande-se, constroem-se novos prédios em altura.

2.5 Novas mentalidades: a afirmação da cidade média

Permeando todo o longo processo de construção da centralidade de Sete Lagoas, processo esse iniciado em fins do século XIX, além das estratégias e ações acima analisadas, outras estratégias foram tomadas no sentido de prover a cidade de certos atributos, os quais, certamente, significaram mais um elemento fundamental nessa construção. Trata-se das estratégias seguidas com relação aos setores da educação e saúde, por meio da criação de um hospital, a Santa Casa de Misericórdia, em 1937, o qual, hoje, é referência regional e de duas importantes escolas, uma de ensino médio – Escola Técnica de Sete Lagoas (Fundação Municipal de Ensino Profissionalizante – FUMEP), nos anos de 1970 e a outra de ensino superior - Fundação Educacional Monsenhor Messias (FEMM), no ano de 1960. Esses equipamentos permanecem possuindo um papel muito expressivo nos dias de hoje, na manutenção da centralidade de Sete Lagoas.

A mudança na mentalidade da elite sete-lagoana pode ser apontada como o aspecto mais importante do processo atual de construção-mantenção de sua centralidade. Para perpetuar sua condição autônoma na atualidade, novas atividades econômicas foram agregadas à base econômica local, tais como o setor de autopeças, de capital predominantemente italiano, embora haja uma empresa de capital local e a montagem de veículos utilitários leves, no caso a IVECO, do grupo FIAT.

Aos olhos desavisados essas novas atividades constituem o resultado da performance da cidade, como se o capital pudesse ser capaz, por ele mesmo, de decidir sobre onde atuar para alcançar

seus objetivos. Ora, o processo descrito e analisado nesse trabalho tentou mostrar que a visão que considera uma ação como que estruturada sobre uma pretensa “mão invisível do mercado”, com agentes imateriais e impessoais no controle do processo, não deve ser mais considerada. Afinal, por detrás de toda e qualquer estratégia e ação empreendida está o homem, com suas ambições e vontades, o agente social concreto da construção do espaço geográfico. Essa desmistificação é necessária e trará como benefício primeiro a elevação da ação humana e sua historicidade à sua real condição, da mais importante categoria do acontecer geográfico, histórico e social (NOGUEIRA, 2003)

No que tange às interações com Belo Horizonte é importante destacar que a proximidade da metrópole foi benéfica para Sete Lagoas, na medida em que a competente elite local sete-lagoana criou uma série de atividades em função da capital, estabelecendo bases sólidas para o seu próprio crescimento, durante um período, até cerca de 1960, antes que a capital mineira pudesse polarizar a região próxima e concentrar tudo em si mesma. Além do mais, saliente-se que, em boa medida, o papel político que a capital exerceu até os anos de 1960 foi controlado por uma elite regional, em cujos quadros figurou uma boa parte dos membros da elite local sete-lagoana (NOGUEIRA, 2003).

O processo de construção da centralidade da cidade de Sete Lagoas – um lugar singular (NOGUEIRA, 2003) -, mostra que esse lugar esteve e está sujeito às contingências históricas, às condições econômicas, à política, processos que são gerados tanto localmente como também universalmente. No decorrer desse processo maior que, saliente-se, é infindável, a singularidade de Sete Lagoas tornou-se inteligível e pode ser assim sumariada: trata-se de uma cidade média que, localizada muito próxima à metrópole belo-horizontina, conseguiu forjar uma forte autonomia relativa e que, por causa disso possui uma inserção bastante privilegiada, guardadas as devidas proporções, na rede urbana mineira. Sete Lagoas é uma cidade média que, como muitas outras hoje

espalhadas pelo interior do país, tem uma grande capacidade de concentrar as atividades do trabalho e da técnica, notadamente aos fluxos regionais comandados por ela e que se referem às atividades do campo. (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Entretanto restam alguns questionamentos, tais como aqueles que se referem à manutenção dessa centralidade frente à expansão do processo de metropolização belo-horizontino e o papel que deve ser exercido pela elite sete-lagoana diante de tal desafio, tendo em vista que, novas mentalidades e novas estratégias têm sido um aspecto crucial do processo da construção-manutenção da centralidade de Sete Lagoas na rede urbana mineira.

REFERÊNCIAS

ANASTÁSIA, Carla Maria J. A Sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agro-pastoril do São Francisco. 1983. 94 f. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1983.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SETE LAGOAS. Sessenta anos de lutas pelo desenvolvimento da cidade e da região: 1936-1996. Sete Lagoas, 1996.

AVELLAR, Gisela de, SILVA, Arnaldo Ferreira da. Novas trilhas no Sertão: história da pesquisa agropecuária em Sete Lagoas: das origens à Embrapa. Sete Lagoas: EMBRAPA Milho e Sorgo, 2000. 181 p.

AZEVEDO, Guiomar Goulart. A região de Sete Lagoas: estudo geográfico. 1963. 109 f. Tese. (Livre Docência) – Faculdade de filosofia, Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte: 1963.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O Rio de Janeiro e sua região. Rio de Janeiro: IBGE. 1964. 164 p.

BOTTOMORE, Tom. As elites e a sociedade. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1974. 135 p.

COSTA, Fernando Nogueira da. Bancos em Minas Gerais (1889-1964). 1978. 332 f. Dissertação. (Mestrado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, 1978.

CRUZ, João José da. Esboço da formação histórico-geográfica de Minas Gerais. Indicadores e Conjuntura, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 186-208, 1984.

FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS; INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS. Estado de Minas Gerais: regiões administrativas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2000: Características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, 2002.

—————. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas.** Rio de Janeiro, 1972.

—————. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas.** Rio de Janeiro: 1992.

—————. **Regiões de influência das cidades.** Rio de Janeiro: 1987.

LANZA, Jovelino. História de Sete Lagoas : subsídios. Belo Horizonte: Sion. 1967.

LELOUP, Yves. Tipos de aglomerações e hierarquia das cidades de Minas Gerais. **Boletim Mineiro de Geografia,** Belo Horizonte: AGB, v.4-5, p.15-28, jul. 1962.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. A capitania de Minas Gerais: origens e formação. 3.ed. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Arte, 1965.

MATA-MACHADO, Bernardo. O sertão noroeste de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 3., 1986, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: Cedeplar, 1986. p.93-118.

NOGUEIRA, Marly. **Sete Lagoas**: a dinâmica funcional de um lugar na rede urbana de Minas Gerais. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO, 2003. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2003.

PAULA, Tanya Pitanguy de. **Abrindo os baús**: tradições e valores das Minas e das Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.